



## ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

### VARA DO TRABALHO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

Aos 28 dias do mês de março de 2016, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA**, Vice-Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na unidade, conforme Edital CR nº 01/2016, divulgado em 19/01/2016 no DEJT (Edição 1899/2016 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 04). Presentes o Juiz Titular Renan Ravel Rodrigues Fagundes, a Juíza Substituta Auxiliar Fixa Regina Rodrigues Urbano e o Juiz Substituto Anderson Relva Rosa. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

**Equipe de Correição:** Airton Sérgio Guastali e Ayrton Rocha  
**Jurisdição Atendida:** SANTA BARBARA D OESTE  
**Lei de Criação:** 8.432/92  
**Data de Instalação:** 27/08/1993  
**Data de Instalação do PJE:** 07/11/2012



### 1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES	28/07/2006

### Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
07/01/2015 a 12/04/2015	ATUANDO NO TST	ANDERSON RELVA ROSA
13/04/2015 a 15/05/2015	ATUANDO NO TST	SEM SUBSTITUTO
16/05/2015 a 18/10/2015	ATUANDO NO TST	ANDERSON RELVA ROSA
19/10/2015 a 17/11/2015	ATUANDO NO TST	SEM SUBSTITUTO
18/11/2015 a 19/12/2015	ATUANDO NO TST	ANDERSON RELVA ROSA
20/12/2015 a 06/01/2016	ATUANDO NO TST	SEM SUBSTITUTO
07/01/2016 a 05/02/2016	ATUANDO NO TST	ANDERSON RELVA ROSA
07/01/2016 a 05/02/2016	FERIAS	ANDERSON RELVA ROSA
06/02/2016 a 25/02/2016	ATUANDO NO TST	ANDERSON RELVA ROSA
29/02/2016 a 29/03/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
30/03/2016 a 06/04/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO



## 2 - JUIZES AUXILIARES [01/04/2015 a 14/02/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ANDERSON RELVA ROSA	07/01/2016 a 05/02/2016
ANDERSON RELVA ROSA	26/02/2016 a 05/02/2016
ANDERSON RELVA ROSA	26/02/2016 a 28/02/2016

**Afastamentos: Não houve**

NOME	PERÍODO
REGINA RODRIGUES URBANO	07/01/2015 a 05/10/2015
REGINA RODRIGUES URBANO	07/10/2015 a 19/12/2015
REGINA RODRIGUES URBANO	07/01/2016 a 06/04/2016

**Afastamentos:**

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
15/07/2015 a 13/08/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
24/09/2015 a 24/09/2015	LICENCA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
13/10/2015 a 17/10/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
12/11/2015 a 13/11/2015	A DISPOSICAO DO	SEM SUBSTITUTO
18/11/2015 a 17/12/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.1 - Lotação [31/12/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
AGUINALDO JUNIOR YAMAMOTO PERES	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	13/09/1995
ALESSANDRA GUARINO KLINKE	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	23/11/2009
CARLOS ADILSON BIGOTO	AJA	FC-04 CALCULISTA	01/10/1993
CRISTIANY CONTRERAS	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	03/11/2004
GUILLE PINHEIRO BREDAS	AJ-OJA	-	13/12/2000
KATIA PINTIOKINA SCHNEIDER	REQ	FC-02 ASSISTENTE	16/11/2009
LUIS GUSTAVO FERNANDES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	17/02/2011
LUIS VICENTE DONDELLI	AJ-OJA	-	28/03/2013
MARCIA HELENA DOMENICI	TJA	-	17/01/1994
MARIA JOSE DAINEZ	TJA	FC-02 ASSISTENTE	04/11/2004
MILTON ROBERTO DA SILVA	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	26/03/2007
PAULO SERGIO SALVADOR	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	27/02/2012
TALITA ALESSANDRA FERRAZ SANCHES	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	18/08/2014
VALERIA MARANHA DOS REIS FERREIRA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	30/08/1993
WELDER DE OLIVEIRA MORAES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	04/08/2008
<b>TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO</b>			<b>12</b>
<b>TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO</b>			<b>3</b>
<b>LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT</b>			<b>15-16</b>



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.2 - Ausências, exceto férias [04/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	2
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	2
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	2
PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSO	2
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	6
VIAGEM A SERVIÇO	2
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL



### **3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS**

#### **3.3 - Estagiários [31/12/2015]:**

*(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)*

**Não há estagiários na unidade**



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.4 - Ações de capacitação [31/12/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ANDERSON RELVA ROSA	55
REGINA RODRIGUES URBANO	160
RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES	213

SERVIDORES	HORAS
AGUINALDO JUNIOR YAMAMOTO PERES	7
ALESSANDRA GUARINO KLINKE	25
CARLOS ADILSON BIGOTO	7
CRISTIANY CONTRERAS	7
GUILLE PINHEIRO BREDÁ	134
KATIA PINTIOKINA SCHNEIDER	7
LUIS GUSTAVO FERNANDES	7
LUIS VICENTE DONDELLI	7
MARCIA HELENA DOMENICI	7
MARIA JOSE DAINEZ	7
MILTON ROBERTO DA SILVA	7
PAULO SERGIO SALVADOR	46
TALITA ALESSANDRA FERRAZ SANCHES	7
VALERIA MARANHA DOS REIS FERREIRA	7
WELDER DE OLIVEIRA MORAES	7



#### 4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [04/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE
<b>CONHECIMENTO</b>	Aguardando primeira audiência ou enc. da instrução	1.432
	Aguardando prolação de sentença	42
	Aguardando cumprimento de acordo	378
	Solucionados pendentes de finalização na fase	959
	<b>Subtotal</b>	<b>2.769</b>
<b>LIQUIDAÇÃO</b>	Pendentes de homologação dos cálculos	264
	Liquidados pendentes de finalização na fase	209
	<b>Subtotal</b>	<b>473</b>
<b>EXECUÇÃO</b>	Pendente de extinção da execução	384
	Encerrados pendentes de finalização na fase	50
	<b>Subtotal</b>	<b>436</b>
<b>ARQUIVO</b>	Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0
	Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	0
	<b>TOTAL</b>	<b>3.678</b>



## 5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [04/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	205	243	3
Exceções de Incompetência	32	35	0
Antecipações de Tutela	351	370	3
Impugnações à Sentença de Liquidação	25	43	6
Embargos à Execução	54	62	19
Embargos à Arrematação	1	0	1
Embargos à Adjudicação	1	1	0
Exceções de Pré-Executividade	3	3	1
<b>TOTAIS</b>	<b>672</b>	<b>757</b>	<b>33</b>



## 6 - RECURSOS [04/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão)

<b>TIPO</b>	<b>NOVOS</b>	<b>COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>	<b>SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>
Recurso Ordinário	600	626	34
Recurso Adesivo	27	26	2
Agravo de petição	61	78	1
Agravo de Instrumento	19	15	10
<b>TOTAIS</b>	<b>707</b>	<b>745</b>	<b>47</b>



## 7 - PRAZOS MÉDIOS [04/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão)

### 7.1 - Conhecimento:

	Qtde	Dias
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução Rito Sumaríssimo	568	148
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução Exceto Rito Sumaríssimo	1.039	256
<b>Total / Média</b>	<b>1.607</b>	<b>218</b>

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença Rito Sumaríssimo	554	151
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença Exceto Rito Sumaríssimo	977	258
<b>Total / Média</b>	<b>1.531</b>	<b>219</b>

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	245	6
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	650	9
<b>Total / Média</b>	<b>895</b>	<b>8</b>

### 7.2 - Fase de liquidação:

	Qtde	Dias
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	117	94
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	308	102
<b>Total / Média</b>	<b>425</b>	<b>100</b>

\*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

### 7.3 - Fase de execução:

	Qtde	Dias
Do início ao encerramento da execução - ente privado	648	1.666
Do início ao encerramento da execução - ente público	18	991
<b>Total / Média</b>	<b>666</b>	<b>1.648</b>

\*Do início até a extinção da execução

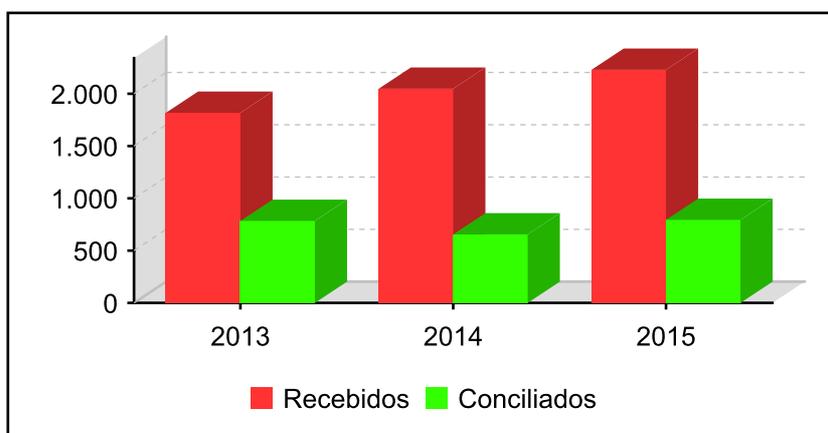


## 8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

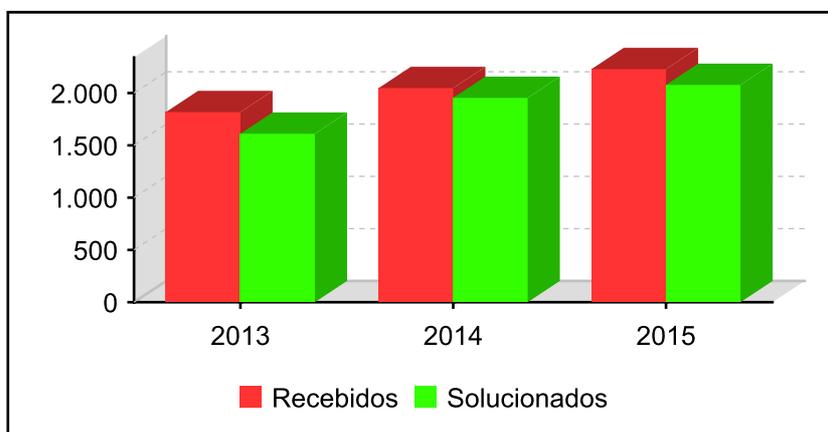
### 8.1 - Índice de conciliações [até 12/2015]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2013	1.818	784	43,12
2014	2.048	655	31,98
2015	2.229	794	35,62



### 8.2 - Índice de soluções [até 12/2015]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2013	1.818	1.611	88,61
2014	2.048	1.954	95,41
2015	2.229	2.078	93,23



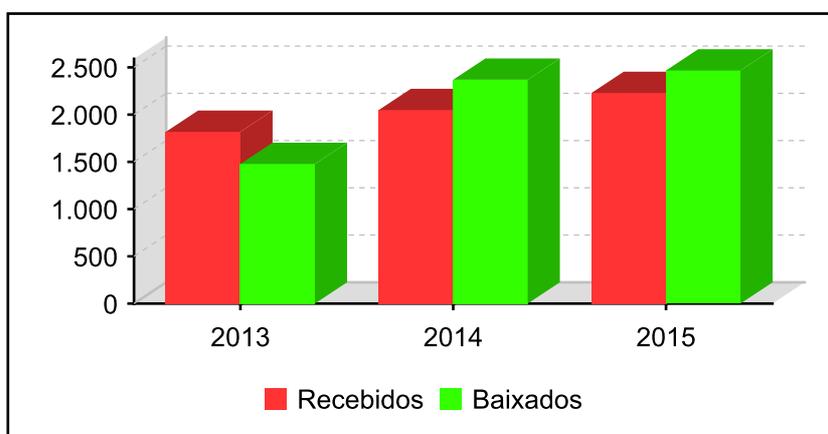


## 8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

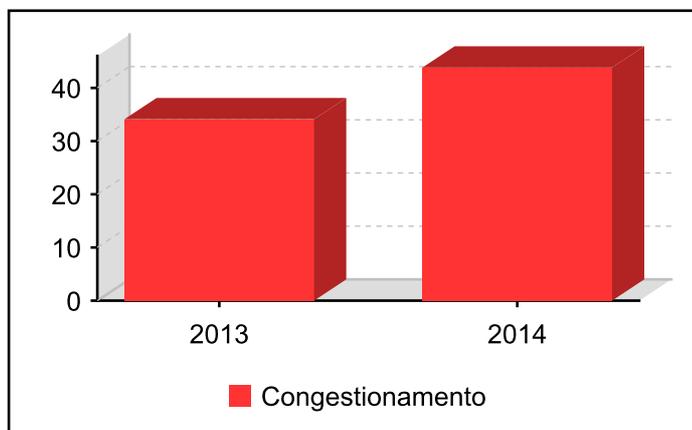
### 8.3 - Índice de baixas [até 12/2015]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2013	1.818	1.478	81,30
2014	2.048	2.369	115,67
2015	2.229	2.467	110,68



### 8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2013	627	1.818	1.611	34,11
2014	1.431	2.048	1.954	43,83

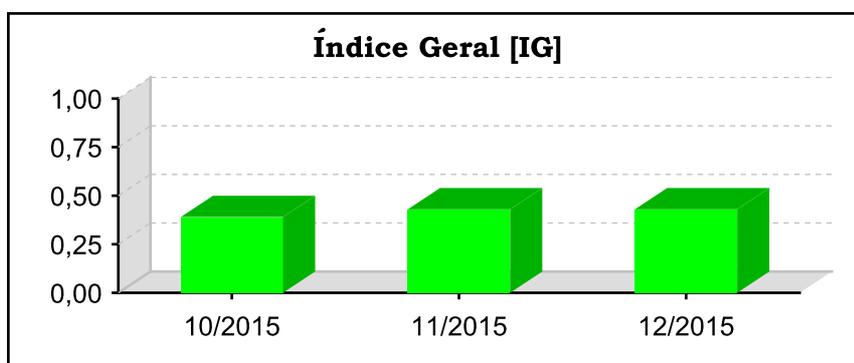
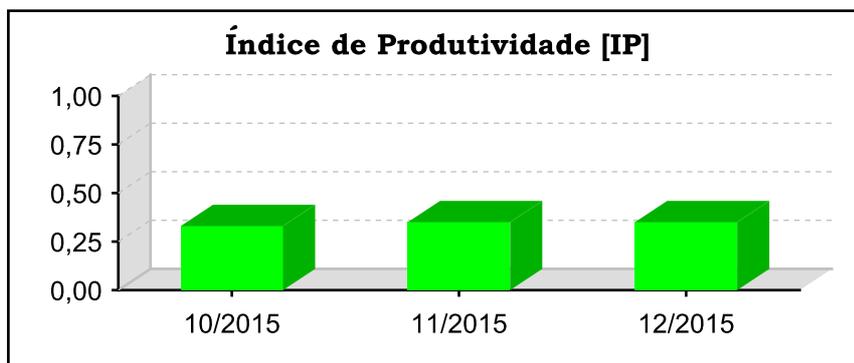
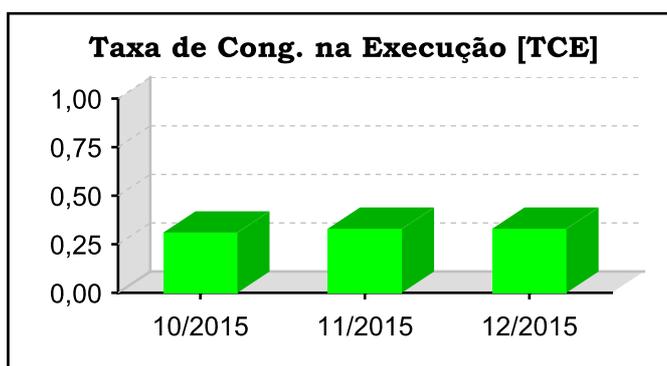
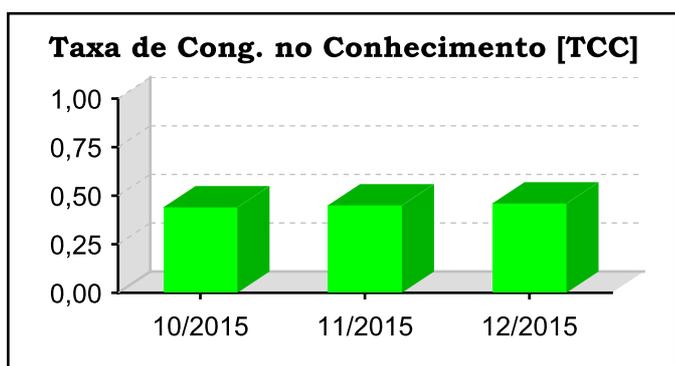




## 9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-Correição MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
10/2015	0,44	0,31	0,33	0,39
11/2015	0,45	0,33	0,35	0,43
12/2015	0,46	0,33	0,35	0,43





## 10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [01/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	794	66,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.063	88,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.857	154,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	221	18,4
Incidentes Processuais Resolvidos	969	80,8
Audiências	2.362	196,8

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	46.444	69,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	50.206	74,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	96.650	143,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	19.298	28,7
Incidentes Processuais Resolvidos	36.677	54,6
Audiências	172.791	257,1

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	114.366	62,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	121.494	66,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	235.860	128,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	43.562	23,7
Incidentes Processuais Resolvidos	87.132	47,5
Audiências	411.323	224,0

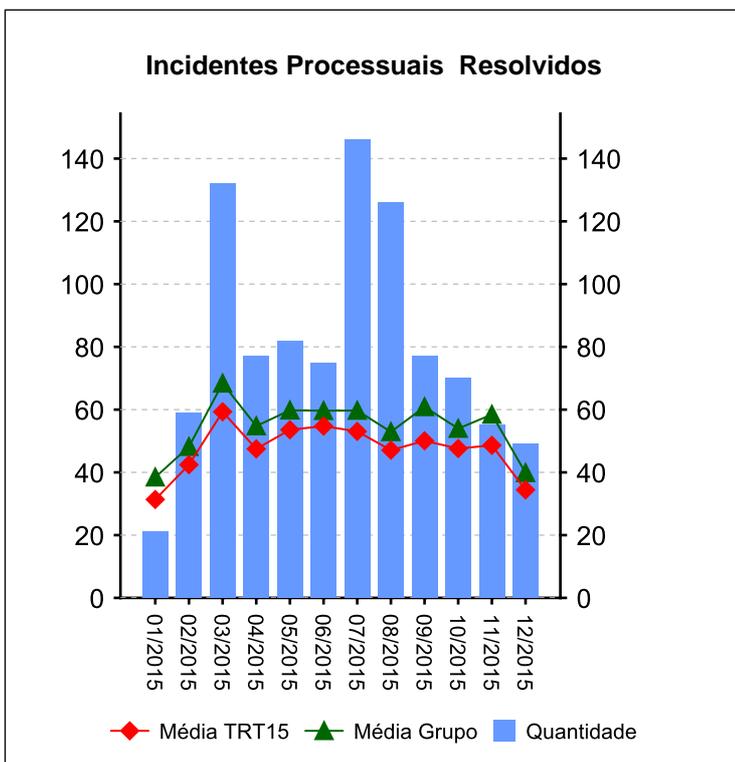
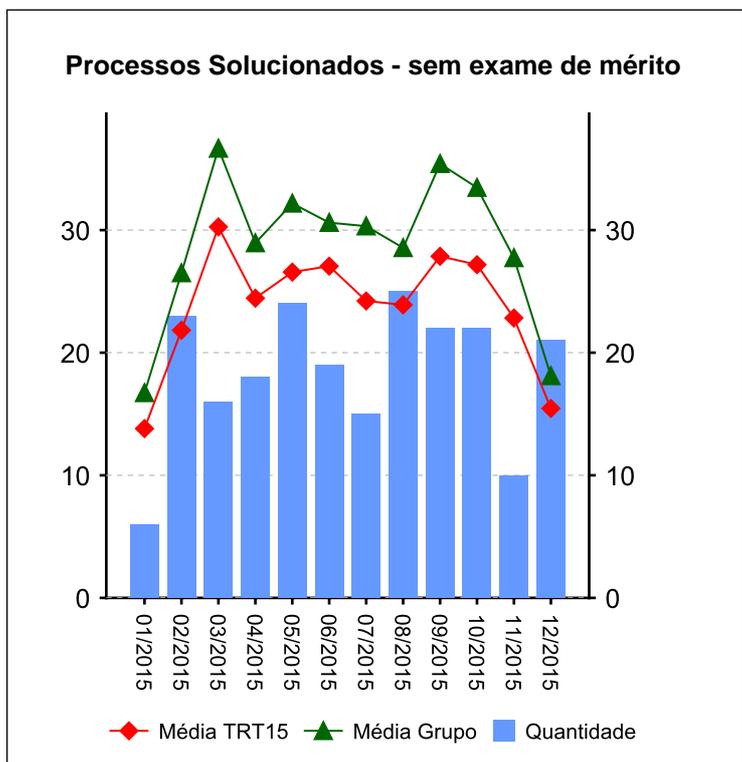
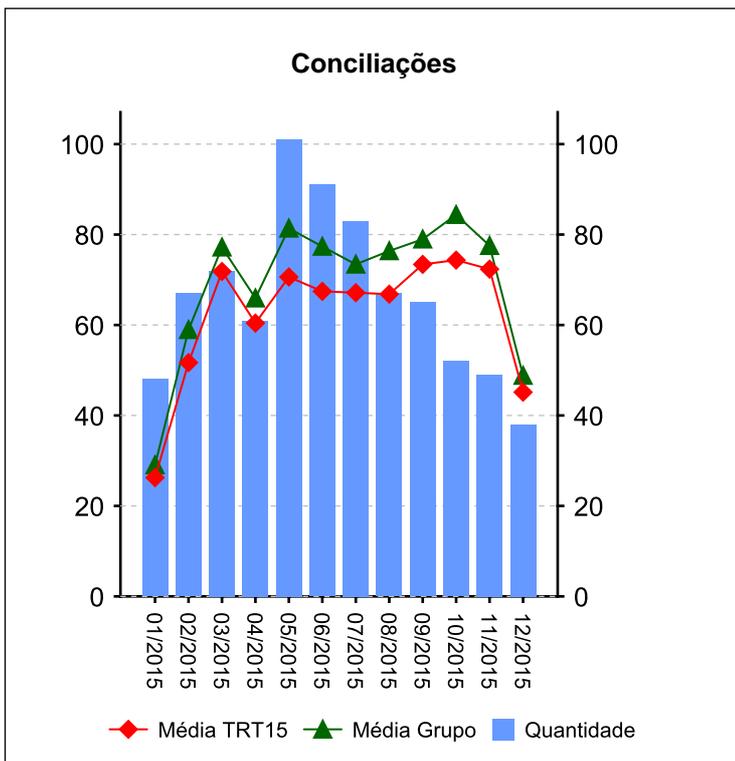
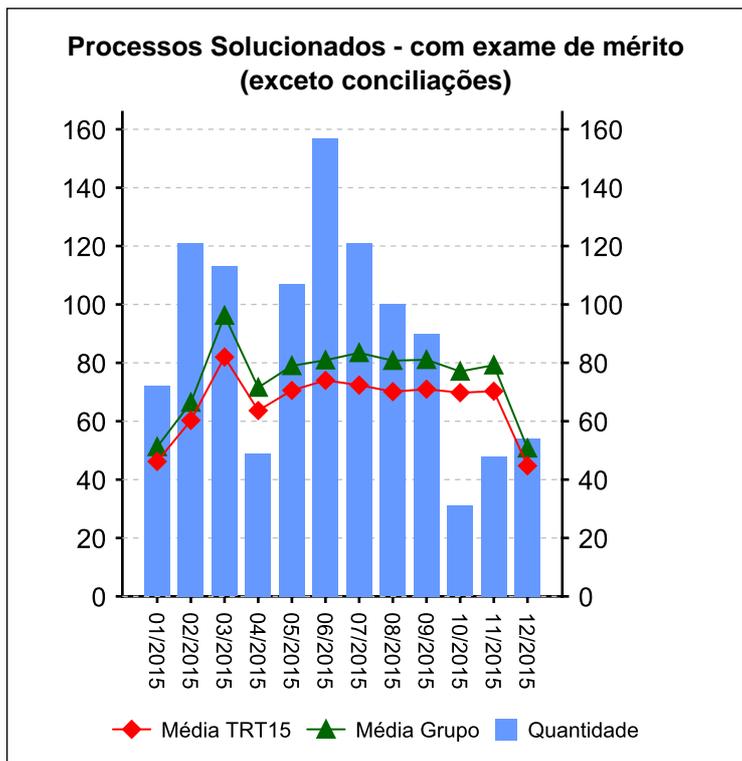
Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2015	0	0	73	21	0	94
02/2015	2	1	192	56	1	252
03/2015	1	41	179	63	2	286
04/2015	0	3	123	44	0	170
05/2015	0	3	196	60	0	259
06/2015	8	13	143	82	1	247
07/2015	5	7	147	72	1	232
08/2015	0	2	169	81	0	252
09/2015	0	18	108	87	3	216
10/2015	1	0	43	68	34	146
11/2015	3	27	31	37	48	146
12/2015	0	3	0	32	27	62
Total	20	118	1404	703	117	2362

Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
01/2015	46
02/2015	56
03/2015	59
04/2015	42
05/2015	47
06/2015	60
07/2015	45
08/2015	49
09/2015	59
10/2015	43
11/2015	28
12/2015	21

## 10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [01/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

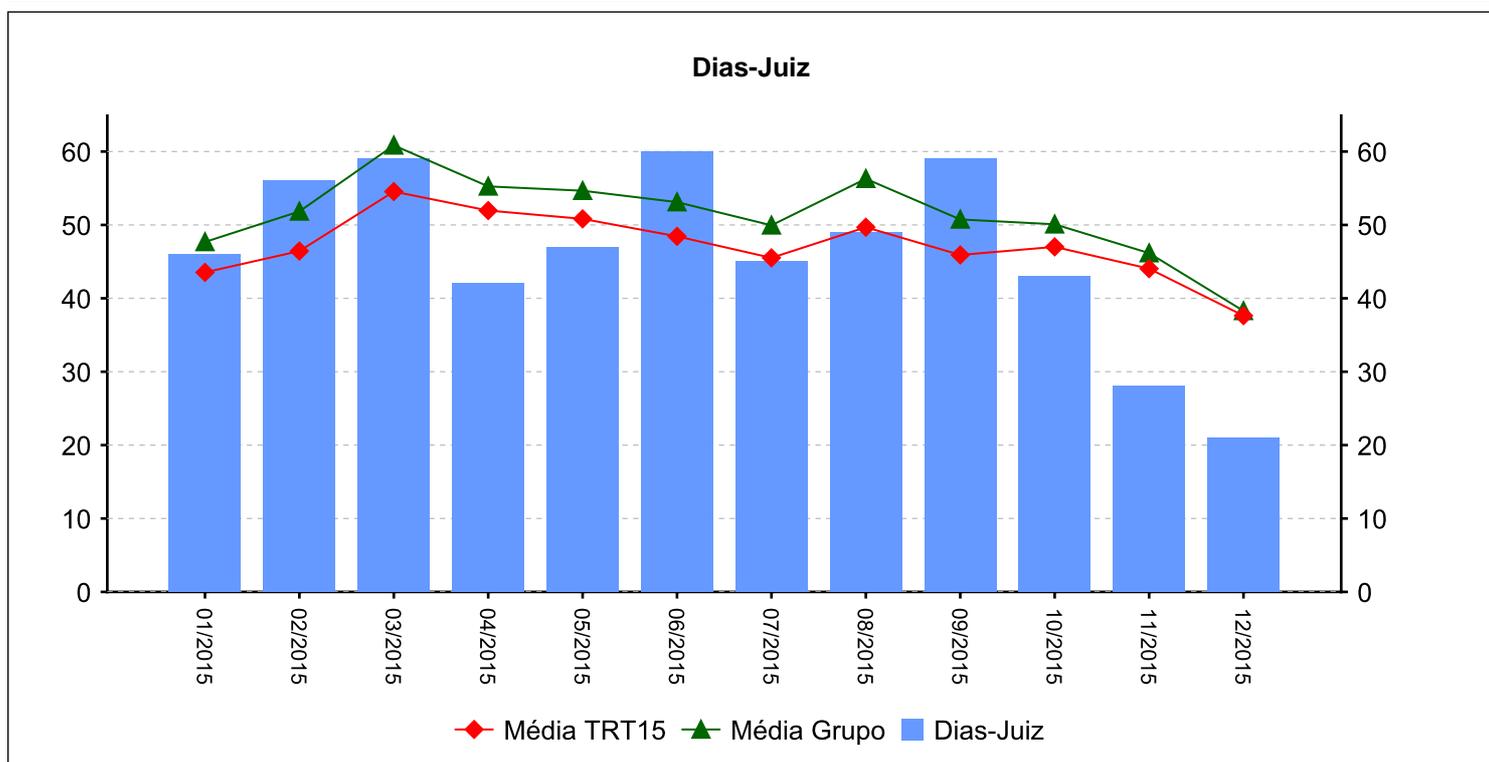
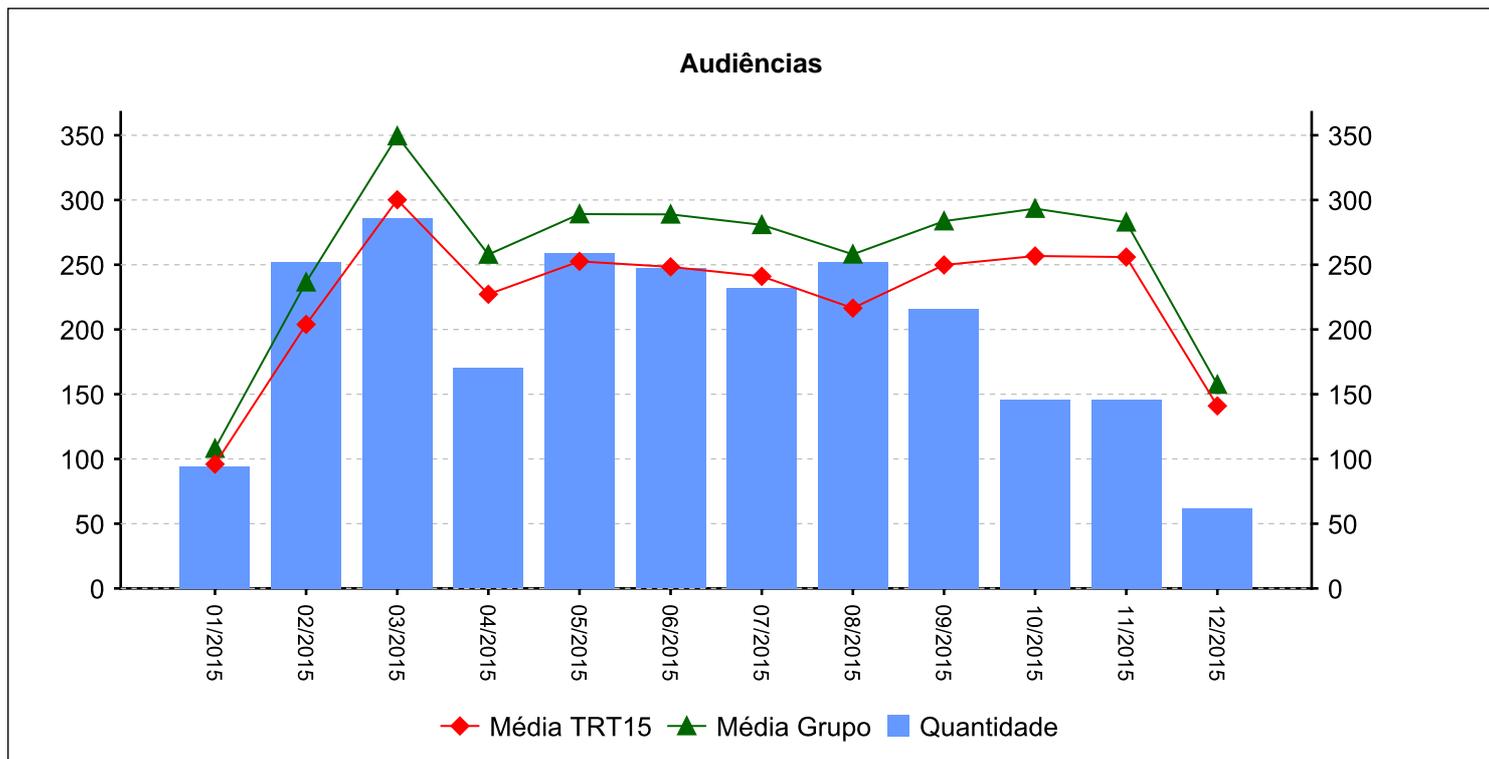
### Resumo



## 10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [01/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

### Resumo



## 11 - METAS NACIONAIS [01/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

### Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2229	2078	151	186	173	93 % 

### Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013

Processos distribuídos até 31/12/2013	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1818	1636	1953	0	173	54	31 % 	100 % 

### Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
566	1132	0	47	94	100 % 



## 11 - METAS NACIONAIS [01/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

### Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012

Processos pendentes em 31/12/2012	Processos solucionados a partir de 01/01/2013	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
4	4	0	0	100 % 

### Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 1% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2015	Meta	Grau de Cumprimento
215	223	213	95,0 % 



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL



**12 - ARRECADAÇÃO [04/2015 a 12/2015]:**

(fonte: e-Gestão)

<b>CUSTAS</b>	<b>IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>EMOLUMENTOS</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA</b>
R\$ 76.858,54	R\$ 55.512,81	R\$ 5,53	R\$ 1.752.260,34



**13 – EM CONSULTA AO PJe REALIZADA EM 10/03/2016, ÀS 13h30, FOI VERIFICADO QUE HÁ AUDIÊNCIAS AGENDADAS COM REGULARIDADE ATÉ:**

<b>TIPO</b>	<b>DATA</b>	<b>QUANTIDADE DE AÇÕES AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA</b>
<b>INICIAL</b>	-	-
<b>UNA</b>	9/8/2016	1
<b>INSTRUÇÃO</b>	29/6/2016	1
<b>JULGAMENTO</b>	-	-

#### **14 – ACERVO DA UNIDADE SEM TRAMITAÇÃO**

	<b>PJe*</b>		<b>SAP**</b>
Data de corte:	9/2/2016	Data de Corte:	9/2/2016
Saldo:	104	Saldo:	13

**\*Consulta realizada no dia 10/3/2016, entre 13h30/14h20.**

**\*\*Consulta realizada no dia 10/3/2016, às 13h00.**

#### **15 – INFORMAÇÕES SOBRE PLANO DE AÇÃO:**

Não foi apresentado plano de ação pela Unidade e o Mapeamento Global de Desempenho (MGD), com dados apurados até 31/12/2015, demonstrou que a Unidade tem índice geral 0,43.

Além disso, não há saldo expressivo de processos sem tramitação, como se registrou no item anterior.

De todo modo, anteriormente à correição, foi realizada reunião virtual com ao menos um dos membros do trio gerencial da Unidade para esclarecer e orientar as Unidades Judiciárias sobre a elaboração do plano de ação com base no método 5W2H e desenvolvimento por meio da análise do ciclo PDCA.



## **16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):**

Com base nas informações prestadas, verificou-se que o Juízo:

**16.1** – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”;

**16.2** – faz uso dos sistemas BACENJUD (1476 protocolos em 2015, sem pendências), INFOJUD e demais convênios; eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta ATA;

**16.3** – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença, em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento;

**16.4** – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas dias para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora.

**16.5** – realiza audiências em quatro dias da semana;

**16.6** – há inclusão na pauta de audiências de processos na fase de execução.

**16.7** – há exaurimento das iniciativas do juiz objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.



## **17 – PRODUTIVIDADE DA VARA**

### **17.1 – PROCESSOS SOLUCIONADOS**

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho.

Observando o mapeamento global de desempenho – MGD – com dados apurados até 31/12/2015, verifica-se que a Unidade apresenta índice de 0,51 nos processos pendentes de solução. Conforme disposto no art. 4º da referida Portaria, o saldo de processos pendentes de solução é a soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável comparável, cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere (1501 a 2000 processos). Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Santa Bárbara D'Oeste apresenta 51% do maior saldo de processos pendentes.

Por outro lado, conforme item 10 da presente Ata, a Unidade se manteve abaixo da média do grupo para a quantidade de “Dias-Juiz” por seis meses no último ano, mas a quantidade de processos solucionados (média mensal de 154,8 feitos solucionados com exame de mérito) esteve acima da média de referido grupo (143,8), assim como da média do Tribunal (128,5), motivo pelo qual o Exmo. Desembargador Vice-Corregedor Regional consigna seus elogios aos MM. Juizes da Unidade pela busca da célere prestação jurisdicional.

### **17.2 – AUDIÊNCIAS**

Observando o gráfico no item 10, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 31/12/2015, realizou menor média mensal de audiências (196,8) se comparada com a média do TRT15 (257,1) ou do grupo em que se insere (224,0), ainda que a Vara tenha contado com quantidade de “Dias-Juiz” próxima à média do respectivo grupo durante seis meses. Entretanto, considerando que a Unidade não designa audiências



INICIAIS para os feitos em que há pedido de perícia; matéria de direito e da empresa Canatiba, realizando apenas audiências UNAS e Instruções, entendo que essa menor média é compensada pela média alta de processos solucionados, apurados no item 10 desta ata.

## **18 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15**

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas nº 01 e 04/2015.

Na mesma oportunidade constatou-se que houve a retirada de bens dessas hastas mencionadas.

## **19 – RECOMENDAÇÕES:**

Não há

## **20 – DETERMINAÇÕES:**

**20.1** – considerando que o Juízo, no ano de 2015, não cumpriu a Meta 1 do CNJ, especialmente por não ter julgado quantidade maior de processos que os distribuídos (93% - Item 11), determina-se que envide esforços para que neste ano de 2016, cumpra referida meta e, paralelamente, proceda ao julgamento rápido dos processos distribuídos nos anos anteriores;

**20.2** – envidar esforços para reduzir o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento - Meta 5 da Justiça do Trabalho;

**20.3** – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para a respectiva unidade da Procuradoria Geral Federal, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011;

**20.4** – dar prioridade à utilização do malote digital, correio eletrônico, canal Diretor e o mensageiro instantâneo PSI, em detrimento do uso de telefone para fins de



redução dos gastos com telefonia e papel;

**20.5** – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas, que repercutem em considerável parcela de jurisdicionados e versem sobre trabalho infantil e escravo, respectivamente;

**20.6** – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade;

**20.7** – incluir na divisão das equipes os servidores Aguinaldo Junior Yamamoto Peres (Secretário de Audiências), Alessandra Guarino Klinke (Assistente de Juiz) e Talita Alessandra Ferraz Sanches (Assistente de Juiz), no prazo de 05 dias, conforme estabelece a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, uma vez que não foram relacionados no formulário respondido e enviado pela vara;

**20.8** – utilizar os modelos padronizados de documentos para processos eletrônicos e físicos, nos termos do art.3º da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012 e Comunicado CR nº 03/2015, observando o disponibilizado na Extranet, no menu “Jurídico – Orientações da Corregedoria – Modelos de minutas de despacho para análise do Magistrado da Vara;

**20.09** – utilizar o modelo padronizado de mandado de penhora, nos termos alínea b, inciso IV do art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015 e Ordem de Serviço nº 03/2015, observando o disponibilizado na Extranet, no menu, “Jurídico – Orientações da Corregedoria – Mandado provimento GP-CR 05/2015 e certidão negativa”;

**20.10** – certificar nos processos eletrônicos a suspensão da tramitação do feito, em razão de problemas técnicos, com abertura de chamado, para conferir publicidade e transparência ao fato;

**20.11** – cumprir integralmente o Provimento GP-CR nº 05/2015, o Provimento GP-CR nº 03/2014 (Alterado pelo Provimento GP-CR nº 04/2015), o Ato GP-CR Nº 05/2015, a Ordem de Serviço nº 01/2015 e a Ordem de Serviço nº 03/2015, especialmente: **a) item VI da Ordem de Serviço nº 01/2015 (SERASA)**, que dispõe: **“VI – A utilização do convênio com a empresa SERASA, quando em operação, será feita pelo Grupo Interno da Execução, no mesmo momento da inclusão no BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas”;**

**20.12** – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no art. 2º do Provimento GP-CR 03/2014, evitando-se a retirada de bens para posterior



regularização, como por falta de intimação do cônjuge, como verificado no processo 10834-05.2013.

## **21 – VISITAS E ATENDIMENTOS:**

### **21.1 – ATENDIMENTO:**

O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Regional atendeu a advogada Dr<sup>a</sup> Maicira Baena Alcalde Pereira de Sousa, OAB/SP nº 96.179 Secretária Adjuntada da 126<sup>a</sup> subseção da OAB de Santa Bárbara D'Oeste que compareceu para tecer elogios quanto ao bom andamento dos processos na Vara local, bem como a prestatividade dos MM<sup>o</sup> Magistrados da Vara do Trabalho (Juízes titular e substitutos) e dos Servidores da Secretaria no atendimento dos advogados.

### **21.2 – VISITA AO PAÇO MUNICIPAL:**

O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Regional acompanhado dos MM<sup>o</sup> Juiz do Trabalho titular da Vara Local Dr. Renan Ravel Rodrigues Fagundes e do MM<sup>o</sup> Juiz do Trabalho Substituto Dr. Anderson Relva Rosa, visitaram a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste e, na oportunidade, foram recebidos pelo Exmo. Sr. Prefeito Denis Eduardo Andia.

## **22 – CONSTATAÇÕES:**

Foram realizadas reuniões com os servidores das equipes de conhecimento, liquidação e execução, e com o Diretor da Unidade, abordando os seguintes temas: tramitação efetiva (não fragmentação de atos); gestão da Unidade a partir de processos e não petições; elaboração de plano de ação, observando o método 5W2H e o ciclo PDCA; gestão compartilhada da Unidade com colaboração dos orientadores de equipes; pauta inteligente; pré-análise da regularidade dos processos em pauta para evitar a redesignação de audiências; triagem das petições iniciais; procedimento concentrado das perícias – delegar ao perito a gestão das manifestações sobre o laudo; lançamento da ocorrência PAN e encaminhamento do processo para prolação de sentença;



audiência de mediação; JURISCALC; homologação otimizada dos cálculos; gestão customizada dos processos em liquidação, considerando as características das empresas executadas; migração de processos físicos para PJe; reunião de execuções; sistema EXE15; *iter* procedimental dos oficiais de justiça na fase de execução; detalhamento dos procedimentos a serem utilizados pelo GIE e esclarecimentos sobre o MGD.

Nessa oportunidade, verificou-se que os servidores responsáveis pela pré-pauta e pós-pauta realizam gestão dos feitos de forma inteligente, organizada de acordo com as orientações dos Magistrados no momento da triagem inicial. Não há marcação de audiências para os feitos com pedidos de perícias, em que é parte o Município e nem da empresa Canatiba, esta última em razão da prática reiterada de não realizar acordo em audiências iniciais. As tutelas são minutadas pelas assistentes, mas não são responsáveis por todo o procedimento, não raras vezes voltando para a equipe da fase quando há obrigações de fazer para cumprir. Não há redesignações, salvo quando ocorre afastamentos inesperados de magistrados. Realizam análise da pauta, o que acaba por sanear o feito antes da realização da audiência.

Já a equipe de servidores responsáveis pela fase instrutória relatou que a gestão começa nos processos que tem perícia. Nestes os honorários prévios são depositados diretamente na conta do perito, ficando consignado no termo de audiências todos os prazos para impugnações e esclarecimentos e a data em que o perito deverá juntar o laudo e os questionamentos das partes ao processo. Relatam que a remessa ao Tribunal tem sido dificultada pela limitação de encaminhar apenas cinco processos por dia. A Corregedoria salientou a viabilidade de todas as notificações serem feitas por e-mail com as grandes empresas minimizando as despesas com os Correios. O servidor Welder teceu algumas considerações sobre como melhorar o procedimento de baixas de processos de segundo grau, ficando combinado que pormenorizará a prática e encaminhar através de e-mail para a Corregedoria. A Corregedoria esclareceu as vantagens de se implantar a mediação nos processos na fase de conhecimento, como forma de abreviar a solução dos feitos. Relataram a necessidade de atualização dos modelos de documentos da extranet, visto que a notificação inicial ainda prevê que os quesitos deverão ser entregues em audiência.

No que se refere a fase de liquidação, foi observado que há customização por empresas. Dessa forma, conforme o caso intima o autor, a reclamada ou já designa perícia contábil direto. Quando a reclamada requer o parcelamento, sendo deferido já



há ordem para que o pagamento seja feito diretamente na conta do beneficiário ou seu advogado, evitando-se com isso a expedição de guias ou alvarás judiciais.

Quanto a fase de execução, foi relatado que decorrido o prazo para pagamento já há determinação para inclusão dos sócios, realizando-se o bloqueio de valores nas pessoas jurídicas e sócios. Relataram, ainda, os oficiais fazem pesquisa avançada, como é o caso do convênio CCS, bem como que eventualmente o GIE acaba por fazer o Renajud. Sugerem que seja permitida que a indisponibilidade de bens seja registrada após o primeiro Bacen negativo e não ao final. Pleitearam a assinatura de convênio para se utilizar o CRC – Cadastro de Registro Civil, o que permite analisar a certidão de casamento e filiação. Comentaram que o prazo de 60 dias para cumprimento do mandado, se extrapolado, acende luz vermelha no PJe. Registraram elogios quanto a forma como a Corregedoria regulamentou a rotina de trabalho dos Oficiais de Justiça, o que os motivou a utilizar as pesquisas avançadas como se básicas fossem, o que acabou por contribuir com a efetividade da execução. Foram tecidas considerações sobre a Lei 13.097/2015, que trata da averbação da existência de outro tipo de ação no registro da matrícula do imóvel, bem como sobre a Resolução n. 9, de 10 de janeiro de 2003, que define os padrões referenciais de qualidade do ar interior em ambientes climatizados de uso público e coletivo.

A Corregedoria abordou com o Diretor de Secretaria e a Assistente os resultados obtidos durante a correição, assim como os fatos identificados ao longo dos encontros ocorridos com as equipes de Conhecimento, Liquidação e Execução. A Corregedoria sugeriu que se estude a possibilidade e viabilidade técnica de se investir na mediação, realizando audiências conduzidas por servidor.

## **23 – REIVINDICAÇÕES DA VARA:**

Não há reivindicações.

## **24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:**

**24.1** – o MM. Juiz Titular Renan Ravel Rodrigues Fagundes está autorizado a



residir fora da jurisdição da Unidade (processo nº 8800-81.2008.5.15.0897).

**24.2** – a Juíza Substituta Auxiliar Fixa Regina Rodrigues Urbano e o Juiz Substituto Anderson Relva Rosa residem na sede da circunscrição.

**24.3** – Foi informado pelo Diretor de Secretaria que:

**24.3.1** – o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foi expedido ofício à OAB local;

**24.3.2** – os livros de ponto de servidores, de carga de advogados e peritos, de carga para Juízes, de carga para extração de cópias, de posse e exercício de servidores estão de acordo com as normas deste Regional.

## **25 – ENCERRAMENTO:**

No dia 28 de março de 2016, às 17 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Regional e publicada na Imprensa Oficial.

**MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA**  
**Desembargador Vice-Corregedor Regional**